



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 09 de Março de 2018
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XII

Nº 1402



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



ATA Nº 140 – REUNIÃO ORDINÁRIA – 14 DE DEZEMBRO DE 2017
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE MONTE CARMELO/MG

1 Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2017, na sala dos Conselhos, na
2 sede da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, às 08h00min, reunem-
3 se ordinariamente o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
4 do Adolescente, com os Conselheiros: Renata Dias e Silva Goulart; Daniel Dias
5 de Oliveira; Maurisa Rosa Ribeiro, Osvaldo Antônio da Silva; João Batista
6 Nunes; com a seguinte pauta: Leitura da ata anterior; Repasse do Ofício do MP
7 sobre folgas de Conselheira Tutelar e apresentação de documento para análise
8 e deliberação; Relatório Fia novembro/2017; Análise e atualização da Lei
9 1250/2015; Aprovação regimento interno Câmara Setoriais Temáticas;
10 Aprovação do edital 01/2018 eleição sociedade civil e resoluções; Fia
11 Novembro; Revogação da Notificação de Conselheira Tutelar. Férias de
12 Conselheiros Tutelares; Relatório casa lar e Conselho Tutelar, CREAS e
13 medidas socioeducativas; Aprovação escala trabalho do Conselho Tutelar e
14 horário de funcionamento; O Conselheiro Daniel Dias de Oliveira faz a leitura
15 da ata da reunião ordinária do dia 08 de novembro de 2017, aprovada por
16 todos. Em relação ao ofício do Ministério Público sobre folgas de Conselheira
17 Tutelar e apresentação de documento para análise e deliberação, Débora
18 Gabriela da Silva Chagas justifica que tinha direito a duas folgas por ter
19 trabalhado no parque de exposições, que na época seguia a escala em que se
20 trabalhava 24 por 48 horas (ou seja, trabalhava 24 horas, com dois dias
21 subsequentes de folga). O CMDCA deliberou que sim, concordando com os
22 dias de folga da conselheira tutelar. Sobre a revogação da notificação da
23 Conselheira Tutelar, Débora Gabriela da Silva Chagas, votaram a favor da
24 revogação os conselheiros de direitos: Osvaldo Antônio, Maurisa Rosa Ribeiro
25 e Daniel Dias. E um voto contra, do João Batista. Em relação à Lei Municipal
26 que estabelece os parâmetros para política de atendimento à crianças e
27 adolescentes, Daniel relata que o CMDCA precisa ter total conhecimento sobre
28 todas as alterações na Lei 1250/2015, e que não é pertinente ao executivo criar
29 ou alterar as políticas públicas norteadoras à crianças e adolescentes cuja
30 formulação pertence, a princípio, ao CMDCA. A presidente do CMDCA, Renata,
31 afirma que todos os conselheiros de direitos e os presentes na reunião
32 reconhecem que é necessário atualizar a Lei 1250/2015, conforme
33 recomendação ministerial, até 20 de janeiro de 2018. A presidente Renata
34 afirma que o conselho tutelar, como órgão vinculado à administração municipal,
35 também pode sugerir alterações na Lei, no que convier e dentro da legalidade,
36 podendo encaminhar sugestões via e-mail à Secretaria Executiva dos
37 Conselhos Municipais, até 05 de dezembro ou o mais breve possível, para
38 serem repassadas à Procuradoria Municipal e, posteriormente, à Câmara
39 Municipal. Renata faz a leitura da resolução nº 46 do CMDCA, sobre a
40 formulação e finalização das câmaras temáticas, e o CMDCA aprova a
41 resolução. A convidada e colaboradora, Cláudia Regina Pires Mundim,
42 acrescenta que a Câmara Temática formada para trabalhar com assuntos
43 pertinentes ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência se mobilize em
44 relação às captações de imposto de renda. Em seguida, Renata frisa também
45 sobre as doações casadas, assunto já discutido em reuniões passadas, deixa
46 claro que algumas entidades já estão se adaptando às recomendações
47 ministeriais, inclusive o conselheiro Osvaldo afirma que é importante que a Lei
48 seja cumprida. A presidente também faz menção sobre a elaboração do edital
49 de chamada pública dos representantes da sociedade civil que integrarão o

Assinaturas manuscritas: Renata, Daniel Dias, João Batista, Osvaldo, Maurisa Rosa Ribeiro, Livia, Luciene, Rosiane, Gabriela, Cláudia Regina Pires Mundim, Guilherme, Cláudia Regina Pereira Lourenço.

50 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de
51 Monte Carmelo, biênio 2018/2020, e o CMDCA delibera concordando com o
52 edital. Prosseguindo, o CMDCA, na pessoa do Conselheiro Daniel Dias de
53 Oliveira, solicita ofício ao executivo em relação à revogação da Lei 1351/2017
54 (que altera a 1250/2015) com a justificativa de que o CMDCA só teve
55 conhecimento após a lei ter sido criada, ou seja, não foi passada em plenária
56 nem constado em ata. Rosiane Funari, conselheira tutelar, apresentou alguns
57 documentos para comprovar que teria direito a algumas horas extras. Dessa
58 forma, o CMDCA deliberou que ela pode, sim, usufruir desses oitos dias de
59 folga. Finalizando, Renata faz a leitura dos Relatórios da casa lar e do conselho
60 tutelar, ambos atualizados, arquivados e disponíveis a todos os conselheiros.
61 Sem mais nada a tratar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a presente ata, que
62 será lida e aprovada pelo CMDCA.
63 Renata Dias e Silva Goulart, *Renata Dias e Silva Goulart*
64 Maurisa Rosa Ribeiro, *Maurisa Rosa Ribeiro*
65 Daniel Dias de Oliveira, *Daniel Dias de Oliveira*
66 Osvaldo Antônio da Silva, *Osvaldo Antônio da Silva*
67 João Batista Nunes, *João Batista Nunes*
68 Livia Lúcia Reis Cunha, *Livia Lúcia Reis Cunha*
69 Luciene Lúcio Soares, *Luciene Lúcio Soares*
70 Rosiane Roberta Funari, *Rosiane Roberta Funari*
71 Gabriela da Silva Chagas, *Gabriela da Silva Chagas*
72 Cláudia Regina Pires Mundim, *Cláudia Regina Pires Mundim*
73 Guilherme Arantes Lourenço, *Guilherme Arantes Lourenço*
74 Cláudia Regina Pereira Lourenço, *Cláudia Regina Pereira Lourenço*



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



ATA Nº 141 – REUNIÃO ORDINÁRIA – 14 DE FEVEREIRO DE 2018
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE MONTE CARMELO/MG

1 Aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2018, na sala dos Conselhos, na
2 sede da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, às 15h00min, reunem-
3 se ordinariamente o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
4 do Adolescente, em segunda chamada, com um terço de seus membros,
5 conforme o regimento interno, com os Conselheiros: Renata Dias e Silva
6 Goulart; Osvaldo Antônio da Silva; João Batista Nunes; Rogério Leme, com a
7 seguinte pauta: Leitura da ata anterior; Relatório Mensal do FIA – referente ao
8 mês de Janeiro; Formação da Comissão Organizadora e da Comissão de
9 Trabalho para assembleia de votação dos membros do CMDCA da Sociedade
10 Civil; Resposta ao ofício 250/2017, do CMDCA, sobre solicitação de revogação
11 da Lei 1351, proferida pelo Conselheiro de Direito Daniel Dias; Relatório do
12 Conselho Tutelar, do abrigo institucional dos meses de janeiro e fevereiro,
13 incluindo as Medidas Socioeducativas CREAS; A presidente Renata agradece
14 a presença de todos, inicia a reunião informando sobre o extrato e aplicação no
15 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será informado
16 aos membros na próxima reunião ordinária. Prosseguindo, os membros
17 deliberaram que não haverá prazo de prorrogação para que as entidades
18 apresentem as documentações pendentes para registro e inscrição no
19 CMDCA. Ou seja, no ato da inscrição as documentações serão apresentadas
20 pelas entidades. Fica criada a Comissão Eleitoral Organizadora do processo de
21 eleição da sociedade civil para compor o CMDCA, com quatro membros, quais
22 sejam: da Área Governamental – Renata Dias e Silva Goulart (Presidente) e
23 Rogério Leme; Da Sociedade Civil – Osvaldo Antônio da Silva e Carla
24 Rodrigues Moreira Montes. Fica também criada a Comissão Eleitoral de
25 Trabalhos para a assembleia de votação do Processo de eleição da Sociedade
26 Civil para nova composição do CMDCA, com os seguintes membros: Franciele
27 Paulino Alves Paulino Dall Agnol (Presidente); Osvaldo Antônio da Silva e Carla
28 Rodrigues Moreira Montes, como escrutinadores; Daniel Dias de Oliveira
29 (Secretário). Sobre os relatórios do Abrigo Institucional e também do Conselho
30 Tutelar, ambos referentes aos meses de janeiro e fevereiro, são lidos e todas
31 as informações atualizadas e estão disponíveis a todos os conselheiros.
32 Renata coloca que, informalmente, a conselheira tutelar Livia sugeriu abdicar
33 dos plantões em troca com outro conselheiro tutelar, sugestão não deliberada
34 por todos os membros do conselho uma vez que essa é uma atribuição
35 prevista na legislação local para ser conselheiro tutelar. Em relação à resposta
36 ao ofício 250/2017, do CMDCA, sobre solicitação de revogação da Lei
37 1351/2017, proferida pelo Conselheiro de Direito Daniel Dias, aprovada em
38 plenária pela maioria do CMDCA e conselho tutelar, o Procurador Geral
39 Municipal informa que a Lei 1250/2015, encontra-se em processo de alteração
40 ou revogação, assim, todas as disposições em contrário com a nova legislação
41 serão revogadas. Sem mais nada a tratar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a
42 presente ata, que será lida e aprovada pelo CMDCA.
43 Renata Dias e Silva Goulart, *Renata Dias e Silva Goulart*
44 Osvaldo Antônio da Silva, *Osvaldo Antônio da Silva*
45 João Batista Nunes, *João Batista Nunes*
46 Rogério Leme, *Rogério Leme*
47 Cláudia Regina Pires Mundim, *Cláudia Regina Pires Mundim*
48 Cláudia Regina Pereira Lourenço, *Cláudia Regina Pereira Lourenço*
49 Wander Vasconcelos, *Wander Vasconcelos*



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1435 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

**"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO-MG A
CONCEDER DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus
representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal
SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a firmar
termo de concessão de direito real de uso com a Cooperativa de
Produtores de Economia Mista e Solidária da Agricultura Familiar de
Monte Carmelo e Região, inscrita no CNPJ sob o nº
23.883.691/0001-14, de um lote de terreno de nº 01, sem número de
quadra, devidamente registrado no C.R.I. sob o n. 6.939, do Livro 02,
conforme memorial descritivo em anexo I.

Art. 2º - A presente concessão fica condicionada ao cumprimento
das seguintes condições pelo donatário, sob pena de reversão
automática do imóvel ao patrimônio do Município:

I. utilizar a área para fins de promoção cooperativa e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros;

II. não ceder ou locar o imóvel a terceiros, sem autorização da Prefeitura;

III. não permitir que terceiros se apossam do imóvel, dando conhecimento à Prefeitura de qualquer turbacão;

IV. pagar todos os encargos financeiros, tais como impostos, taxas, contribuições e emolumentos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel;

V. fica a concessionária obrigada a cercar todo perímetro do galpão, em um prazo de até 06 (seis) meses a contar da publicação desta Lei;

VI. as construções para as atividades cooperativas deverão ser realizadas em até 12 (doze) meses, a partir da publicação desta Lei;

VII. fica proibido o uso desta área para qualquer outro fim que não esteja relacionado com as atividades de promoção cooperativa dos pequenos produtores rurais.

Parágrafo único: O não cumprimento dos encargos e condições estabelecidos nos incisos anteriores implicará na reversão automática do bem ao município, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer ônus para a Administração Pública, inclusive quanto à indenização de quaisquer benfeitorias porventura existentes.

Art. 3º - VETADO

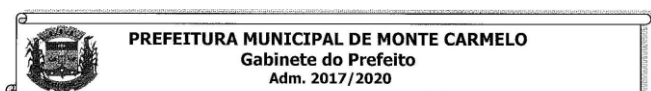
Art. 4º - As despesas com esta concessão correrão todos por conta da concessionária.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 20 de fevereiro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



MEMORIAL DESCRITIVO

Finalidade: Concessão de uso
Proprietário: Município de Monte Carmelo-MG
Local: Município de Monte Carmelo
Comarca: Monte Carmelo-MG
Matrícula: 6.939

Um lote de terreno de nº 01, sem número de quadra, onde a frente confronta-se com a Avenida Brasil Norte numa extensão de 24,10 metros e o ângulo interno entre a frente e a lateral direita é de 90°00'00", a lateral direita confronta-se com a Avenida João Pinheiro numa extensão de 11,40 metros e o ângulo interno entre a lateral direita e a lateral de mesmo alinhamento é de 148°58'7", a lateral direita confronta-se com o estacionamento de táxi numa extensão de 8,43 metros e o ângulo interno entre a lateral direita e a lateral de mesmo alinhamento é de 148°58'7", a lateral direita confronta-se com o estacionamento de táxi numa extensão de 27,95 metros e o ângulo interno entre a lateral direita e o fundo é de 90°00'00", o fundo confronta-se com a Área do Terminal Rodoviário numa extensão de 13,98 metros e o ângulo interno entre o fundo e a lateral direita é de 90°00'00", a lateral direita confronta-se com a área do Terminal Rodoviário numa extensão de 5,90 metros e o ângulo interno entre o fundo e a lateral esquerda é de 90°00'00", a lateral esquerda confronta-se com área de acesso às plataformas numa extensão de 52,05 metros, ou sejam, 149,21m². Estão contidas dentro deste perímetro as seguintes benfeitorias: 01 (uma) sala de apoio, denominada **SALA 1**, com 21,06m², 02 (dois) banheiros com 8,76m² e 01 (uma) estrutura metálica com cobertura metálica, denominada **GALPÃO**, com 341,60m².

Monte Carmelo-MG, 10 de janeiro de 2018.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1436, DE 06 DE MARÇO DE 2018.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CENTRO DE ASSISTÊNCIA DJALMA TEODORO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com o "Centro de Assistência Djalma Teodoro da Silva", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º 01.387.626/0001-65, visando o repasse de verbas para realização de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social.

Art. 2º - O Município fica autorizado a doar ao "Centro de Assistência Djalma Teodoro da Silva", o importe de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) na forma estabelecida em convênio.

Art. 3º - A doação a que se refere o artigo 2º fica condicionada à observância das disposições do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de março de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1437, DE 06 DE MARÇO DE 2018.

"AUTORIZAÇÃO O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO A CELEBRAR O CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTE CARMELO-APAE".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo -APAE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21288626/0001-15, visando o repasse de verbas originárias do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS, do bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Art. 2º - O Município fica autorizado a repassar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, o valor de R\$ 3.547,65 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) mensais, em 12 (doze) parcelas anuais, conforme o cronograma do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 06 de março de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ORÇÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
RESPONSÁVEL: BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
TELEFONE: (047) 3488- RAMAL 242
ACESSO: www.montecarmelo.mg.gov.br